

# PROJETOS PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA RETÓRICA CONSERVADORA AO PÂNICO MORAL

*Amanda André de Mendonça<sup>1</sup>*

## **RESUMO:**

O conflito entre os favoráveis à existência da temática de gênero na escola e os agentes e instituições contrários, evidenciou também um repertório de argumentos utilizados por ambas as partes. O poderio de argumentação foi fundamental para a sustentação das posições defendidas, bem como para que estas reverberassem em outros campos e segmentos sociais, ampliando assim o apoio e a adesão de novos agentes à disputa em curso. A partir deste quadro exponho sobre o que considero serem as repercussões ou os impactos das ações da coalizão conservadora formada, de sua retórica e dos medos sociais desenvolvidos. Nesse sentido, trago para este artigo uma breve análise de projetos recentes que são permeados pela retórica conservadora e fortalecidos no contexto de pânico moral estabelecido como o Movimento Escola Sem Partido, a retirada de gênero dos planos municipais e estaduais de educação e da Base Nacional Comum Curricular.

**Palavras-chave:** Gênero, retórica conservadora, pânico moral

## **ABSTRACT:**

The conflict between those who favored the existence of the gender theme at school and the opposing agents and institutions also revealed a repertoire of arguments used by both parties. The power of argumentation was fundamental for the support of the defended positions, as well as for them to reverberate in other fields and social segments, thus increasing the support and the adhesion of new agents to the ongoing dispute. From this table I outline what I consider to be the repercussions or impacts of the actions of the conservative coalition formed, its rhetoric and the social fears developed. In this sense, I bring to this chapter a brief analysis of recent projects that are permeated by conservative rhetoric and strengthened in the context of moral panic established as the Movement Without a Party, gender withdrawal from municipal and state education plans and the Common National Base Curricular.

**Keywords:** Gender, conservative rhetoric, moral panic

---

<sup>1</sup> Socióloga e mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especialista em gênero e sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora assistente desde 2014 da Universidade Estácio de Sá e professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## RESUMEN:

El conflicto entre los favorables a la existencia de la temática de género en la escuela y los agentes e instituciones contrarios, evidenció también un repertorio de argumentos utilizados por ambas partes. El poderío de argumentación fue fundamental para la sustentación de las posiciones defendidas, así como para que éstas reverberas en otros campos y segmentos sociales, ampliando así el apoyo y la adhesión de nuevos agentes a la disputa en curso. A partir de este cuadro expongo sobre lo que considero que son las repercusiones o los impactos de las acciones de la coalición conservadora formada, de su retórica y de los miedos sociales desarrollados. En este sentido, traigo para este artículo un breve análisis de proyectos recientes que están impregnados por la retórica conservadora y fortalecidos en el contexto de pánico moral establecido como el Movimiento Escuela sin Partido, la retirada de género de los planes municipales y estatales de educación y de la Base Nacional Común plan de estudios.

**Palabras clave:** Género, retórica conservadora, pánico moral

## Projetos para educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral

Apresento neste artigo como os argumentos e seus usos contra a temática de gênero nas escolas acabaram produzindo medos sociais e o chamado pânico moral, ou seja, a reação produzida em momentos de transformação social, relacionada ao sentimento de perda, e que se baseia em estratégias de exploração do medo. A partir deste quadro, sustento a ideia de que os argumentos utilizados por uma coalizão conservadora, tem repercutido no campo político e na sociedade brasileira, através de inúmeros projetos de lei e ações de agentes desta coalizão.

A conjuntura envolvendo os campos religioso, político e de produção das políticas educacionais no episódio envolvendo a tramitação do PNE contribuem para o que Cunha (2009) denominou como a perda da autonomia relativa do campo educacional. Segundo o autor, a ofensiva de diversas entidades religiosas, para exercerem o controle do currículo da educação básica no setor público, com o respaldo de setores do magistério e de parlamentares, tem sido cada vez maior.

As tentativas de ingerência sobre os planejamentos educacionais, os currículos e sobre ação pedagógica dos docentes vem crescendo significativamente nos últimos anos. Importante dizer que existem agentes e interesses distintos envolvidos nessas

tentativas, mas estes, a meu ver, se conectam em alguma medida em episódios recentes de disputas do campo educacional.

Acredito que o acúmulo de capital político, econômico e social ao longo de casos como o de veto a distribuição do material anti-homofobia do MEC e o de aprovação do PNE sem gênero ou orientação sexual, aliado a fatores como o quadro de pânico moral e de fortalecimento de setores religiosos extremistas contribuíram para que projetos como o Movimento Escola Sem Partido e os contrários a “ideologia de gênero” na escola se encontrassem, desenvolvendo atuações conjuntas e um discurso unitário para camadas da sociedade brasileira.

A fundação do Movimento Escola Sem Partido remonta o ano de 2003. Segundo o site oficial do movimento, este “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Ainda segundo o site, “a pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”.

Falar sobre o Escola Sem Partido implica em falar de seu fundador, o procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib. Alegando querer “proteger” seu filho de uma educação doutrinária e marxista ele fundou a Associação Escola Sem Partido, que seria a pessoa jurídica do MESP. Mas, a pesquisa de Moura (2016) constatou a existência de uma segunda pessoa jurídica: Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli, que seria uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária do procurador Miguel Nagib. Seu ramo de atividade seria treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Ainda sobre Nagib é importante destacar que o mesmo possui vínculos estreitos com o *think-tank*<sup>2</sup> liberal Instituto Millenium<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas. Os think tanks podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas.

<sup>3</sup> Advocacy think tank brasileiro criado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade e pelo professor de filosofia Denis Rosenfield, para difundir uma visão de mundo liberal, situando-se portanto à direita do espectro político. Conta com o apoio de importantes grupos empresariais e dos meios de

De acordo com Penna (2016), o movimento originário com Nagib manteve-se por algum tempo sem grande expressividade, encontrando maior eco na sociedade em três momentos: na polêmica gerada pela coluna do jornalista Ali Kamel no jornal O Globo, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schimidt (KAMEL, 2007); o segundo momento teria se dado na polêmica envolvendo a distribuição do kit anti-homofobia do MEC e por último durante a crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves. Creio ser relevante assinalar que os embates em torno do PNE aprovado em 2014 também se inserem neste quadro de elementos e episódios que contribuíram para alavancar a expressão do MESP.

A projeção do Movimento Escola Sem Partido implicou, dentre outras coisas, na apresentação de projetos de lei. O Projeto de Lei nº 2974 de 2014 foi o primeiro a ser apresentado em um poder legislativo. O mesmo foi encomendado pelo deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC) a Miguel Nagib, a quem pediu que “formulasse um projeto com base em suas propostas” (PENNA, 2016b, p. 44 apud Moura 2016):

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016).

Nota-se que os dois pilares principais do projeto são: a soberania da família, que se sobrepõe ao direito do estudante de obter elementos para produzir de forma autônoma sua visão de mundo, e uma ideia de “neutralidade” dos docentes, dos currículos e projetos pedagógicos. Cumpre ressaltar que na origem e nos primeiros documentos do MESP não havia destaque para a questão de gênero. Quando os

---

comunicação de massa, buscando influenciar a sociedade brasileira através da divulgação das ideias de seus representantes, especialistas e colonistas.

projetos de lei passam a ser apresentados há uma mudança significativa neste âmbito. A conexão entre diferentes agentes - liberais conservadores e religiosos - que mencionei anteriormente começa a ocorrer.

Se antes o MESP focava no emprego do termo “moral”, passa a defender a proibição da discussão de gênero, com a justificativa de que a mesma representaria uma “revolução cultural sexual de orientação neomarxista” (MOURA, 2016). Os principais defensores do Movimento Escola Sem Partido no campo político encamparam a perseguição ao uso do termo e das políticas envolvendo educação e gênero. Assim, vem atuando por meio de projetos como o 7.180/2014, o 7.181/2014, o 1859/2015 ou da PEC 435/2014, que retiraram gênero do currículo nacional ao vedar os temas transversais

O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p.596)

Essa atuação combinada de agentes através dessa coalizão conservadora permitiu que tanto a rejeição a chamada “ideologia de gênero”, quanto a defesa da escola “neutra”, através do Escola Sem Partido se difundir por todo o território brasileiro. O bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Antônio Augusto Duarte, em consonância com os ideais do MESP, afirma, por exemplo, que “educar” não é “ideologizar”:

Essa ideologização da educação acaba oferecendo aos futuros construtores da civilização brasileira e da cultura do povo mais acolhedor do mundo, a oportunidade de “monopolizarem” os três alicerces fundamentais da sociedade: a sexualidade humana, a família e os valores éticos. A ideologia do gênero é tão perniciosa, que não atrai nem convence as pessoas bem-educadas, e por isso mesmo, só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da ditadura do relativismo, tão de moda numa sociedade e numa cultura, que se auto intitulam democráticas. A educação não deve – não pode – ser entregue nas mãos desses “pseudo- mestres” de “verdade geradas” na penumbra das ideias e das opiniões tão alheias à dignidade da inteligência e da liberdade humana”. (DUARTE, ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2014)

Em sua pesquisa Moura (2016) identificou mais de 40 projetos de lei relacionados com o MESP e 27 encomendados ao próprio movimento em câmaras municipais, assembleias estaduais de todo Brasil e no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado).

Em 2016 o Escola Sem Partido chegou ao senado federal através do senador Magno Malta, o mesmo que protagonizou o enfrentamento a presença de gênero e orientação sexual no PNE. Malta propôs o Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016 que “inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ‘Programa Escola sem Partido’”. O PLS, que é baseado no anteprojeto atualizado disponibilizado no site do MESP, traz também a proibição explícita às discussões de gênero.

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (SENADO FEDERAL, 2016)

Também é importante registrar que desde 2014 doze estados já contam com projetos de lei para instituir o Escola Sem Partido, observando-se que em alguns estados, onde não houve apresentação do projeto na esfera estadual, houve no âmbito de algum município, o que faz com que o ESP esteja representado em 19 dos 26 estados da Federação, além do Distrito Federal (MOURA, 2016). Vale assinalar que em algumas câmaras e assembleias tramitam (ou tramitaram) mais de um projeto do tipo Escola Sem Partido, onde alguns poucos já foram arquivados e outros como nas cidades de Santa Cruz do Monte Castelo, Picuí e Campo Grande e no Estado de Alagoas, já foram aprovados (MOURA, 2016).

É essencial mencionar que, em grande medida, tais projetos vêm garantindo apoio de parcelas da sociedade com a argumentação de que educar não é tarefa exclusiva do Estado. Segundo seus defensores o Estado deve cumprir a sua tarefa de promover um ensino qualificado, mas no exercício desse dever, precisa decisivamente da “contribuição” das famílias:

É no contexto familiar que o homem e a mulher são educados para viverem a plenitude de sua dignidade pessoal, em todas as dimensões. Há valores que só podem ser aprendidos na família. Por isso, a inclusão da prejudicial ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação é motivo de preocupação. Por isso, afirmou bem o Papa Francisco que a “ideologia de gênero é contrária ao plano de Deus”. (DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, 2014).

Tais projetos e a concepção de que família define os conteúdos abordados pela escola vem sendo duramente criticados por setores do campo educacional e dos movimentos sociais, especialmente os que possuem relação com a atuação docente. Segundo Cunha (2016) tais projetos negam a criança como um sujeito de direitos, com tentativa de substituição do poder do Estado pelo poder da família. Soma-se a essa percepção sobre Escola Sem Partido a de que ele inviabiliza o caráter republicano da escola. O espaço escolar deveria, segundo estes agentes, oferecer às crianças o contato com os valores diversos e não somente com os defendidos pelas famílias, fazendo-as conhecerem a diversidade de nossa sociedade.

Contudo, tais críticas não vêm encontrando eco para além de setores docentes, parcela dos movimentos sociais e de pesquisadores e nomes vinculados a Academia. Em termos de repercussão social os projetos e o próprio MESP vem ampliando seu número de adeptos. E mesmo com ações do campo jurídico que desmontam a constitucionalidade de tais projetos, na prática e no âmbito de muitas escolas eles já estão em vigor. O clima persecutório e de denunciamento sobre os docentes é cada vez mais relatado por estes, que vem sendo impedidos de abordar temáticas, tendo suas vidas expostas em jornais, redes sociais e sofrendo até mesmo processos judiciais por doutrinação ideológica.

O fato é que essa “aliança” entre setores liberais, conservadores e agentes religiosos vem permitindo uma ingerência cada vez maior sobre as políticas educacionais, sobre a atuação docente e sobre o papel da escola. A perda de autonomia pedagógica é notória e vem se consolidando a partir de cenário de conciliação de agentes, de conexão da chamada “ideologia de gênero” com a doutrinação marxista e com o clima de pânico moral estabelecido.

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista. (MIGUEL, 2016, p.601)

O efeito dessa atuação pode ser visto na projeção do MESP, mas também em diversos outros episódios recentes. A esse respeito vale mencionar que após a sanção do PNE em 2014 e a polêmica com a retirada de gênero e orientação sexual do plano o Ministério da Educação orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação baseados no texto final da Conferência Nacional de Educação de 2014, que continha as expressões gênero e orientação sexual, e não no Plano Nacional de Educação recém aprovado. Vale dizer que o texto final da CONAE fora sistematizado e divulgado pelo Fórum Nacional de Educação.

Houve enorme reação na Câmara dos Deputados e como resultado tivemos o Projeto de decreto do legislativo nº 12264, de 2015, que visou sustar os efeitos da inclusão da “ideologia de gênero” no documento final da CONAE-2014. Segundo o texto do documento, “ficam sustados os efeitos do Documento Final do CONAE - 2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, em todas as suas disposições que contenham ou façam referência às expressões gênero, diversidade ou orientação sexual”. O projeto, originalmente de autoria do deputado Flavio Augusto da Silva (PSB) foi assinado também por quase setenta deputados.

Outro projeto recente no âmbito da “ideologia de gênero” na escola foi o PL Nº 3.236, de 2015, de autoria do deputado Marco Feliciano. Segundo o texto do PL, o “art. 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE” passaria a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “A consecução da diretriz constante do inciso III do caput deste artigo exclui a promoção da “ideologia de gênero” por qualquer meio ou forma”.

Soma-se a apresentação desses projetos, como parte da atuação desta coalizão conservadora, ataques a todos as proposições recentes que versem sobre a temática. O



Projeto de Lei nº 7627/2010 de Janete Rocha Pietá (PT), que propõe alterar a Lei nº 9.394 de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática de gênero e suas relações intra e interpessoais, por exemplo, acabou sendo arquivado em 2015.

O PL 6010/2013, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que propõe a investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil e apuração de denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência também foi alvo de críticas e reprovações

Os projetos de lei 6010/2013 e 7627/2010 camuflados em combate à violência contra a mulher e à discriminação contra homossexuais têm como objetivo viabilizar a chamada “desconstrução da heteronormatividade”, e a utilização da ideologia de gênero como ferramenta política para minar a família. Por isso, precisamos estar vigilantes e atuantes, para evitar tais aprovações e deter o projeto do governo brasileiro de corroer a instituição familiar, instrumentalizando os educadores para fins tão perversos (HERMES RODRIGUES NERY, coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da vida, 2014).

E a Câmara dos Deputados seguiu no ano de 2016 recebendo proposições como o Projeto de Lei nº 5487, de 2016, do deputado Professor Victório Galli. Segundo sua ementa ele “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”. No corpo da lei, lê-se que “fica proibido o Ministério da Educação e Cultura a orientar e distribuir livros às escolas públicas que versem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes, em consonância com a Lei 13.005/2014 (PNE)”.

Outro ponto relevante de ser mencionado a respeito das repercussões dessa coalizão conservadora é a aprovação dos planos estaduais e municipais de educação, que tiveram início logo após a sanção do PNE em 2014. De acordo com levantamento da iniciativa **De Olho nos Planos**<sup>4</sup> e a atualização da mesma que realizei para esta

---

<sup>4</sup> Plataforma online que divulga documentos de referência e materiais sobre processos participativos na elaboração dos planos de educação de estados e municípios para colaborar no envolvimento das

pesquisa, 16 estados retiraram gênero e orientação sexual do plano. Oito incluíram menções à igualdade de gênero. Um estado (Minas Gerais) ainda não havia aprovado seu plano até o término deste trabalho e o estado Ceará não apenas retirou o termo como impediu, sob quaisquer pretextos, a utilização de “ideologia de gênero” na educação estadual.

A esse respeito vale destacar a nota explicativa emitida pela regional Norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre os Planos de Educação em elaboração no país: “A ideologia de gênero é contrária ao plano de Deus! ” (Papa Francisco). Existem organizações nacionais e internacionais muito ocupadas em destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos. Hoje um dos recursos mais perigosos para atentar contra a família se chama “ideologia de gênero”.

Diferente do que ocorreu quando da aprovação do PNE, o Conselho Nacional de Educação manifestou “preocupação com Planos de Educação que vem sendo elaborados por entes federativos brasileiros e que têm omitido, deliberadamente, fundamentos, metodologias e procedimentos em relação ao trato das questões relativas à diversidade cultural e de gênero” (CNE, 2015). De acordo com nota pública divulgada em 2015, o Conselho defendeu a revisão dos Planos Estaduais e Municipais de Educação que não possuam metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero.

Outras entidades importantes ligadas ao campo educacional também manifestaram preocupação com a retirada de gênero e orientação sexual dos planos educacionais. Para o membro do Fórum Nacional de Educação, Toni Reis, uma das maneiras mais efetivas para reduzir a desigualdade e combater o preconceito seria atuar por meio da educação formal para ensinar o respeito e a dignidade aos estudantes.

Há várias pesquisas que comprovam que a evasão escolar é causada também pelo preconceito, pela discriminação e pela violência, mais conhecidos como *bullying*. A pesquisa nacional Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, publicada em 2009, revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%)”, citou Toni, que também é

---

comunidades escolares, trabalhadores (as) da educação, estudantes, pesquisadores (as), gestores (as) e organizações da sociedade civil.

secretário de educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DE OLHOS NOS PLANOS, 2016).

Com esses argumentos, centrados na violência contra a população LGBT, na disseminação do preconceito e de discriminação, o FNE também se manifestou pela revisão dos planos estaduais e municipais que não incluíssem menção a gênero e orientação sexual.

Outro fato de extrema relevância relacionado à repercussão da chamada “ideologia de gênero” no cenário nacional e da atuação da coalizão conservadora foi a mudança no texto da Base Nacional Comum Curricular em 2017. A Base é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira. A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e subsidiaram a elaboração da segunda versão.

Publicada em maio de 2016, a segunda versão da BNCC passou por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Cabe ressaltar que este processo de consulta e de construção coletiva da base foi bastante questionado, em distintos momentos de sua elaboração, por especialistas, associações científicas e professores universitários, bem como por estudantes, movimentos sociais ligados a educação e professores da educação básica.

O documento estabelece dez competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a educação básica, que inclui também o ensino médio. Uma delas é que os estudantes sejam capazes de "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se

comprometer" (MEC, 2017).

Contudo, na versão final o Ministério da Educação retirou do documento da Base Nacional Comum Curricular, entregue ao Conselho Nacional de Educação, trechos que diziam que os estudantes teriam de respeitar a orientação sexual dos demais. O MEC suprimiu também a palavra gênero em alguns trechos do documento.

Em nota, o MEC informou que o documento "preserva e garante como pressupostos o respeito, a abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos" (TOKARNIA, 2017).

A mudança no documento provocou reações de diversos setores. O secretário de Educação do Ceará e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Idilvan Alencar, considerou "estranhas" as alterações: "Acho um desrespeito com todo o debate que foi feito (TOKARNIA, 2017)".

Segundo o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que reúne mais de 200 organizações civis, Daniel Cara, a BNCC deve:

[...] se adequar à Constituição Federal, que define que todos têm que ser iguais perante a lei. "É injustificável a retirada do termo orientação sexual e da discussão sobre questões de gênero. A escola tem missão de garantir que na sociedade todos respeitem todas as formas de identidade. Não colocar essa questão na BNCC significa que não vão refletir sobre um país que é machista, misógino, homofóbico. É um recuo grave (TOKARNIA, 2017).

A alteração ocorreu no trecho em que a BNCC destaca que os sistemas e redes de ensino devem incorporar aos currículos alguns temas "contemporâneos que afetam a vida humana". Na primeira versão apareciam os temas "sexualidade e gênero". A versão final restringiu-se ao termo "sexualidade". Quando o documento trata das habilidades a serem desenvolvidas em ciências, no 8º ano, a versão inicial incluía a necessidade de acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados na identidade de gênero e orientação sexual. A última versão traz apenas a expressão "diferenças de gênero".

A retirada do termo orientação sexual e das discussões sobre questões de

gênero da BNCC representou, portanto, mais uma vitória dos setores conservadores do Congresso Nacional. Vimos, portanto, que o acúmulo de capitais de setores religiosos, a conexão com outros segmentos conservadores e a constituição de um pânico moral contribuíram de sobremaneira para que os ataques a “ideologia de gênero”, que ocorreram na tramitação e aprovação do PNE, repercutissem em outras esferas, ganhassem novos agentes e mecanismos de ingerência nas políticas educacionais. Assim, acredito ter encontrado ao longo da pesquisa indícios suficientes para afirmar que no período investigado por este trabalho consolidou-se na cena nacional a necessidade de se combater qualquer projeto que vincule gênero e educação.

Outra constatação importante é a de que os agentes do campo político que protagonizaram as disputas do PNE são os mesmos em sua maioria que propuseram as leis do Escola Sem Partido e que vem combatendo qualquer projeto que, segundo eles, contrariam a tradicional moral cristã. Os discursos destes agentes baseiam-se principalmente na defesa da família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero.

Cumpram ainda destacar que a preservação da família e de seu papel predominante em nosso modelo social foi fundamental para que a aliança de setores liberais, conservadores e religiosos fosse bem-sucedida. Nesse sentido, o slogan “Meus filhos, minhas regras”, expresso em diversos materiais e atividades do MESP, ganhou centralidade como estratégia e recurso utilizado pela coalizão conservadora para ampliar seu apoio social.

Em suma, configura-se no período analisado uma aliança de diversos grupos conservadores, que buscam atuar de forma unificada para interferirem nas agendas pró-direitos da população LGBT e que visam à igualdade de gênero. A performance de tais segmentos está diretamente associada a influência na política pública ou em leis. Também é significativo, ao tratar da ação desta coalizão conservadora, mencionar o uso das redes sociais. O espaço virtual tem se consolidado cada vez mais como um cenário fundamental para o desempenho desses grupos conservadores. Eles usam a internet como um importante campo no debate sobre a “defesa da vida”, a defesa da família tradicional e o combate aos “inimigos da religião e da moral”.

O enfrentamento deste discurso em defesa da família tradicional e da retórica

conservadora propaga medos e leva ao pânico moral, não deve ser, portanto, secundário para as forças políticas progressistas. Não obstante, os movimentos feministas e em defesa dos direitos LGBT tem cada vez mais colocado em questão as diferentes formas de opressão e de violência que vem afetando milhões de pessoas, o que tem feito urgir a necessidade de o campo progressista reavaliar as táticas políticas adotadas nestes confrontos.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 21 out. 2014.

CUNHA, L.A. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

\_\_\_\_\_. A educação na concordata Brasil-Vaticano. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. O Conselho Nacional de Educação (1931-1961): memória e funções. *Relatório de Pesquisa, Mimeo*. (Financiamento do CNPq). [S.l.], 2009.

\_\_\_\_\_. A entronização do ensino religioso na base nacional curricular comum. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, nº. 134, p.266-284, jan./mar., 2016.

DE OLHOS NOS PLANOS. Maioria dos planos estaduais de educação incluem referência à igualdade de gênero. Junho de 2016. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 19.jun.2016.

DUARTE, A. Demógrafo diz que até 2030, católicos devem ser menos de 50%. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro/RJ, Seção Brasil, 01 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/demografo-diz-que-ate-2030-catolicos-devem-ser-menos-de-50-5362149>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Educação ou Ideologias. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Março de 2014. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/381/educacao-ou-ideologias>>. Acesso em: 19 jun.2016.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro/RJ, v.7, n.15, UERJ. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 10 dez. 2016

MOURA, Fernanda Pereira de. “Escola Sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf>>. Acesso em: 12/09/2018.

NERY, H.R. Votação de 6 de maio poderá retirar ideologia de gênero do Plano Nacional da Educação. Sítio Acidigital, [S.l.], 30 abr. 2014. [Online] Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/votacao-de-6-de-maio-poderia-retirar-ideologia-de-genero-do-plano-nacional-da-educacao-89391/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

PENNA, Fernando Araujo. Programa Escola sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.L.B. (Orgs.). Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº101, de 27 de maio de 1993. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1993. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/21944>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

TOKARNIA, M. Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE e retira questão de gênero. Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>>. Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular. Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 07 abr. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>>. Acesso em: 28 maio. 2017.